

IDENTIDADE ÉTNICA, ASSIMILAÇÃO E CIDADANIA

A imigração alemã e o Estado brasileiro (*)

Giralda Seyferth

Introdução

A imigração alemã esteve estreitamente vinculada ao sistema de colonização baseado na pequena propriedade familiar, implementado nos estados do sul do Brasil a partir de 1824. Das quatro colônias fundadas na década de 1820, porém, apenas a de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, tornou-se um empreendimento bem sucedido, apesar da interrupção do fluxo imigratório em 1830, face à Revolução Farroupilha. As colônias de São Pedro de Alcântara e Mafra (SC), e Rio Negro (PR), foram experiências efêmeras, e parte dos colonos deixaram suas propriedades, dirigindo-se para outros povoados, como Itajaí. Os números para essa primeira fase de colonização alemã são pouco expressivos: entraram no Brasil pouco mais de 6 mil imigrantes procedentes de estados alemães, sobretudo da Prússia. A imigração alemã foi retomada após 1845, tendo em vista os interesses da política de colonização do Império, que podem ser constatados em vários relatórios e obras publicadas por diplomatas, conselheiros e técnicos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: os alemães eram considerados bons agricultores, imigrantes ideais para povoar vazios demográficos no regime da pequena propriedade; por outro lado, os estados alemães, principalmente a Prússia, eram vistos como países de emigração, e acreditava-se que parte do fluxo dirigido para os Estados Unidos da América poderia ser desviado para o Brasil, caso fossem tomadas medidas adequadas.

Para um autor como Abrantes, representante diplomático brasileiro em Berlim na década de 1840, o modelo ideal de colonização era o de Wakefield, implantado na Austrália, ou mesmo o americano. Porém Abrantes considerava que o simples acesso à terra não era suficiente para atrair imigrantes, mesmo para o sul do Brasil; na *Memória* publicada em 1845 (cf. Abrantes, 1941), (1) ele apontou para a necessidade de uma legislação própria que estabelecesse normas para a venda de terras públicas, de maior flexibilidade na naturalização dos estrangeiros, da instituição do casamento civil, da liberdade de culto (2) e do fim do regime escravista. Outros temas levantados pelas discussões em torno da política de colonização com imigrantes estavam relacionados a questões de natureza econômica, como ausência de instituições de créditos agrícola, falta de estradas, distância dos mercados consumidores etc. No entanto, o debate foi, em grande parte, alimentado pelas discussões sobre o trabalho livre e pelo pressuposto de inferioridade dos chamados "trabalhadores nacionais". Nesse caso, falar em "trabalhador livre" significava trazer imigrantes da Europa, de preferência camponeses, para que realizassem uma espécie de revolução agrícola num regime agrário em que predominasse a propriedade privada da terra e o trabalho familiar. (3) A associação entre imigração e colonização resultou na exclusão dos trabalhadores brasileiros da maioria dos projetos, tanto oficiais como particulares; de fato, no século XIX foram muito poucos os brasileiros efetivamente assentados nas colônias do sul.(4) Eles só foram considerados úteis como colonos no planejamento de colônias militares previstas em áreas de fronteira internacional; mas estas não saíram do papel!

Assim, a ênfase na imigração alemã durante o Império tinha relação direta com os interesses brasileiros de instalar no país agricultores livres, "civilizados", em regiões não ocupadas pela grande propriedade, sob controle do Estado. O fracasso de algumas tentativas de colonização no Nordeste, antes da independência, foi atribuído à inadequação dos europeus do norte aos trópicos - uma das razões para concentrar os projetos coloniais no sul. De qualquer modo, os imigrantes de origem alemã se dirigiram preferencialmente para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, depois, também para o Paraná. Com exceção de São Leopoldo, todas as colônias importantes foram fundadas na segunda metade do século XIX, entre elas Blumenau (1850), Joiville (1851), Brusque (1860), São Bento do Sul (1871), Hansa/ Ibirama (1899) etc., em Santa Catarina; rio Rio Grande do Sul, após 1845, partindo de São Leopoldo, os alemães se estabeleceram em quase uma centena e meia de núcleos coloniais (cf. Pellanda, 1925), espalhados pelos vales dos rios dos Sinos, Jacuí e Caí, e depois nas bacias dos rios Taquari e Pardo e, na última década do século passado, chegaram à região do rio Uruguai onde, entre outras, foram fundadas as colônias de Ijuí (1890) e Nova Württemberg (1899); no Paraná houve uma concentração de alemães em Curitiba, em parte oriundos das colônias do noroeste de Santa Catarina. As colônias teutas do oeste catarinense e paranaense foram quase todas estabelecidas no século XX, e grande parte dos colonos assentados migraram das regiões mais antigas de colonização alemã. Fora da região sul, os alemães colonizaram os vales superiores dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, no Espírito Santo, entre 1847 e 1876; houve também estabelecimento de núcleos coloniais alemães em Petrópolis (RJ), Juiz de Fora e Teófilo Ottoni (MG) - mas nesses estados a imigração alemã não foi numericamente expressiva.

Há um perfil comum a quase todas as colônias: os imigrantes foram assentados em áreas de floresta, a demarcação de lotes acompanhando os vales dos rios. Em todas elas houve a formação de sociedades camponesas com a economia baseada na pequena propriedade familiar policultora.

A concentração de alemães no sul, no âmbito de um sistema de colonização controlado direta ou indiretamente pelo Estado (como gestor de projetos ou pela legislação comum que atingia as colônias de iniciativa privada), ocorreu por várias razões - e a primeira delas se relaciona ao Decreto de Heydt, que proibiu a imigração de cidadãos prussianos para o Brasil em 1859 (depois estendida a outros estados alemães), efeito das denúncias sobre o regime de colonato em São Paulo agravadas pela publicação do livro de Thomas Davatz em 1858 (um relato sobre a revolta dos colonos da fazenda de Ibiacaba). A proibição foi revogada apenas para os três estados do sul, apesar dos relatos publicados na Europa por imigrantes retornados, que apontavam as dificuldades enfrentadas pelos alemães - as mesmas que a elite brasileira via como impedimento a uma política imigratória consistente. (5)

A contrapartida para a visão negativa sobre a colonização (relacionada sobretudo à omissão do Estado) foi o sucesso de algumas colônias, como Blumenau, e a campanha de alguns imigrantes notáveis como von Koseritz e Hermann Blumenau para incentivar a vinda de compatriotas para o sul do Brasil (cf. Seyferth, 1988b). Tais iniciativas seriam mais tarde usadas como indício de intenções separatistas dos colonos alemães.

Mas as razões de maior peso têm a ver com a própria política de colonização: a existência de problemas nas fronteiras internacionais e de grandes áreas de terras devolutas consideradas desabitadas, apesar da presença de grupos indígenas e posseiros.(6) A ocupação dessas terras tornou-se a principal meta dessa política de colonização, que alijou do processo os nacionais. Por outro lado, o regime da pequena propriedade não interessava aos grandes proprietários paulistas, que queriam imigrantes trabalhadores rurais para substituir o braço escravo, e foram justamente as condições contratuais do colonato que determinaram as restrições alemãs à imigração para o Brasil.

A venda de terras públicas constituiu o fundamento do sistema de colonização, mesmo nas colônias administradas por companhias particulares que obtinham grandes concessões para depois repassá-las aos colonos, atomizadas em lotes padronizados de 25/30 hectares. Sendo assim, as colônias alemãs, mesmo quando situadas geograficamente próximas das capitais provinciais, ficaram um longo tempo social e espacialmente distantes da sociedade brasileira - isolamento relativo, que contribuiu para o fortalecimento de uma consciência étnica coletiva estruturada pelo próprio processo histórico de colonização.

O contingente imigratório de origem alemã não foi o mais significativo, apesar da sua continuidade: entre 1850 e 1938 não houve interrupção do fluxo, entrando no país entre 1 e 2 mil alemães por ano (numa estimativa aproximada); só a década de 1920 registrou um fluxo mais intenso (cerca de 75.000 imigrantes, aproximadamente 30 % do total desde 1824). O total de imigrantes assinalados por diversos estudiosos da imigração varia entre 235.846

(Carneiro, 1950) e 257.114 (Diegues Jr., 1964) (7). Difícil é saber quantos permaneceram, já que os relatórios de diretores de colônias fazem constantes referências a colonos que retornaram ao país de origem ou que reemigraram para a Argentina. A relevância e a especificidade dessa imigração, contudo, pouco tem a ver com as estatísticas ou seu privilegiamento pelo governo imperial. Como já assinaléi antes (Seyferth, 1988b), o fato mais significativo constituiu no estabelecimento em frentes pioneiras (cf. Waibel, 1958), ao longo de todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX - inicialmente com exclusividade e, mais tarde, compartilhando os assentamentos com imigrantes de outras etnias européias (principalmente italianos e poloneses) - formando uma sociedade étnica, econômica e culturalmente diversa da brasileira. Essa diversidade, marcada em todos os planos da vida social, transformou-se numa questão nacional durante toda a Primeira República, atingindo seu ponto máximo de conflito durante o Estado Novo, no contexto da campanha de nacionalização (dirigida a todos os imigrantes e descendentes, mas particularmente dura com os chamados tento-brasileiros).

A concentração dos alemães em algumas regiões do sul do país, formando comunidades étnicas não assimiladas, foi amplamente censurada pelas elites republicanas como o principal erro cometido pela política imigratória do Império. Ainda que se possa criticar a idéia de homogeneidade e isolamento, (8) pressuposta por alguns estudiosos e condenada sob o rótulo de "enquistamento racial" por parte da elite comprometida com a idéia de caldeamento/assimilação que serviu de base à ideologia do branqueamento, a clivagem de natureza étnica tornou-se mais evidente no início do período republicano por dois motivos: a maior visibilidade política das antigas colônias e seu crescimento econômico por um lado, e a formulação de uma ideologia étnica que reivindicava o direito à especificidade cultural e mesmo à endogamia por outro. Como agravante dessa visibilidade, houve a influência explícita do pangermanismo (antes da primeira guerra mundial) e do nazismo (a partir de meados da década de 1920) - que reforçou a idéia de pertencimento étnico à nação alemã. O elemento de discórdia em relação ao nacionalismo formulado no início da República estava na dificuldade de assimilação dos alemães e de seus descendentes, diante da afirmação de uma identidade étnica tento-brasileira que buscou sua legitimidade na noção de *Deutschtum* (germanidade).

Neste trabalho pretendo examinar a questão da nacionalidade e da cidadania no contexto de formulação de uma etnicidade tento-brasileira, que resultou no confronto entre diferentes concepções sobre Nação e Estado. Em grande parte, as divergências de natureza étnica podem ser relacionadas à busca da integração política, sem dissociar os direitos de cidadania do pertencimento à etnia germânica. A duplicidade de identidade assim objetivada resultou numa ampla discussão sobre o "perigo alemão", que atravessa todo o período histórico conhecido como República Velha e que só se encerrou, de fato, com o desfecho da segunda guerra mundial, em 1945.

Uma concepção étnica de nação

A formação de uma cultura e de uma identidade étnica tento-brasileira está relacionada ao processo histórico de colonização (ainda que compartilhado com imigrantes europeus de outras etnias). O que os brasileiros chamaram de "enquistamento étnico" dos alemães pouco tem a ver com o isolamento relativo das colônias; este resultou da própria condução da política de colonização e não da livre escolha dos imigrantes. Os governos provinciais e imperial (e mesmo o governo federal, após 1889) dirigiram os imigrantes para terras devolutas e restringiram seu espaço à colônia - como mostrou Roche (1969), queriam os colonos, no seu lugar, o lote colonial que deviam cultivar com suas famílias. O desenvolvimento dos projetos de colonização se caracterizou pela desorganização, quase sempre provocada pela falta de recursos públicos para os assentamentos: estava longe da perfeição estabelecida na legislação e nos planos traçados no âmbito do Ministério da Agricultura. O cotidiano das primeiras décadas da maioria das colônias foi marcado pela insegurança gerada por problemas fundiários e pelas deficiências dos serviços públicos essenciais. As verbas não eram suficientes para abrir as estradas necessárias, para demarcar os lotes com antecedência, para atender às demandas na área do ensino fundamental e da saúde. Muitas vezes não havia recursos sequer para pagar os serviços prestados pelos colonos (eles próprios contratados para realizar demarcações, construir pontes e pontilhões, picadas, etc.).(9) A situação dos serviços públicos nas colônias particulares não era muito diferente, embora nestas o Estado não tivesse a responsabilidade da demarcação e venda dos lotes.

Tal situação teve dois resultados diretamente relacionados à questão étnica: a elaboração de uma forte organização comunitária que, por sua vez, serviu de respaldo ideológico a um dos temas preferidos do discurso étnico: o "trabalho alemão". Associações assistenciais (religiosas e leigas), escolas comunitárias ou ligadas a ordens religiosas

católicas ou à igreja luterana, diversas sociedades culturais e recreativas, o uso cotidiano da língua alemã, além de todo o complexo econômico e social originado da colonização com base na pequena propriedade familiar, deram feição própria às colônias, distinguindo-as da sociedade nacional.

A etnicidade tento-brasileira resultou dessa especificidade, reificando o pertencimento cultural e étnico à nação alemã. O discurso étnico se serviu de um modelo reificando de pioneirismo para destacar a colonização bem-sucedida como produto do "trabalho alemão", numa clara suposição de superioridade racial (acapacidade de trabalho pressuposta como inata, própria da raça). A figura "heróica" que emerge desse tipo de argumento é a do colono pioneiro, que transformou a selva brasileira em civilização, apesar de todas as dificuldades e da omissão do Estado. Aliás, nos relatos de trajetórias bem sucedidas (inclusive de empresários e políticos que nunca trabalharam na terra) o ponto de partida é quase sempre o *colono na selva*, o pioneiro!

Deve ser destacado que as instituições comunitárias não foram criadas com o propósito de assegurar a especificidade étnica, embora mais tarde tenham servido a essa finalidade. A "escola alemã", por exemplo, veio suprir uma lacuna - a falta de escolas públicas em número suficiente para atender à demanda (10) -, mas também contribuiu bastante para a preservação do uso cotidiano do idioma alemão. Enfim, as "colônias alemãs" (para usar uma expressão consagrada) estabelecidas em frentes pioneiras, em áreas restritas, no final do século XIX formavam uma sociedade e uma cultura realmente teuto-brasileiras, associadas ao complexo colonial (segundo conceito de Azevedo, 1982) - e é sobre essa especificidade que a etnicidade será formalizada.

O elemento mais concreto dessa etnicidade é o sentido de comunidade baseado na história comum da colonização - da qual o pioneirismo dos primeiros colonos emerge como símbolo étnico -, na cultura comum, considerada alemã, e na origem racial/nacional, que remete à noção de Volk (povo). Assim, a comunidade étnica formalizada é assumida como endogâmica e definida por um conjunto de elementos concretos que servem como limites a separa-la dos "outros", entre os quais se destacam o uso cotidiano da língua alemã, a escola comunitária, as instituições culturais (como as sociedades de canto ou dança, por exemplo), as sociedades esportivas associadas a ideais nacionalistas, como as *Turnvereine* (sociedades de ginástica) e as *Schützenvereine* (sociedades de tiro), (11) além das características mais óbvias relacionadas ao estilo de vida e a uma ordem econômica e social derivada da experiência comum da colonização. Nesse caso, o estilo arquitetônico adotado nas cidades e no meio rural, a organização do espaço, os hábitos alimentares, a divisão do trabalho, costumes relacionados ao casamento, dote e herança etc., têm caráter de limite inclusivo, no sentido que tem este na definição do grupo étnico. Isto é, refletem a idéia de pertencimento a uma unidade, um sentido de identidade coletiva, reforçada pela crença na origem comum (12). O princípio obrigatório de natureza étnica, acentuado, de certa forma, pela expressão "colônias alemãs", reconhecida por todos (brasileiros e tento-brasileiros), foi permanentemente enfatizado por publicações periódicas em língua alemã - jornais, almanaques, textos comemorativos e até uma literatura tento-brasileira - produzidas entre 1852 e 1939 por membros da comunidade influentes nas escolas, nas associações culturais e na política local.

A maioria dos alemães que emigraram para o Brasil tinha origem rural ou pertencia às classes sociais urbanas menos favorecidas - a razão para deixar o país estava na condição de classe. Mas também vieram para as colônias indivíduos recrutados para lutar nas guerras platinas - caso dos *Brumers*, egressos da Legião Alemã que lutou contra Rosas, e que permaneceram no Rio Grande do Sul (em Porto Alegre ou nas colônias), onde tiveram papel relevante na área do ensino, do jornalismo e do comércio. O mais importante dos *Brumers* foi Karl von Koseritz, que fundou importante jornal tento-brasileiro em Porto Alegre, o *Koseritz Deutsche Zeitung*, em 1882, e exerceu mandato de deputado provincial. De modo geral, quase todas as colônias importantes receberam professores, músicos, refugiados por razões políticas após a revolução de 1848 etc. - e muitos deles tiveram atuação importante na divulgação da cultura alemã e na política local. Exerceram o papel de "empresários técnicos" (conforme expressão de Aronson, 1976), formulando, divulgando e constantemente reinventando a idéia básica da ideologia étnica tento-brasileira: *Deutschtum* (germanidade) foi o principal assunto dos editoriais e artigos de primeira página da maioria dos jornais e almanaques. Invariavelmente chamavam a atenção para a manutenção da língua, dos costumes, das instituições étnicas. As publicações são fonte importante para entender não só a natureza da ideologia étnica mas também as preocupações brasileiras com o "perigo alemão" - pois nelas se enfatizava o direito à especificidade como grupo nacional, muitas vezes sob o argumento da superioridade germânica. (13)

Dois conceitos são fundamentais na definição dessa especificidade: nação e pátria, traduzidas na própria

categoria de identificação criada pelas lideranças locais - *Deutschbrásilianer*. A nova pátria é a colônia, a nova cidadania a brasileira, mas a etnia continua sendo alemã; o ato de emigrar significou o rompimento com o país de origem, mas não com o *Volk* (povo/etnia) alemão. O pertencimento sugerido por tal categoria remete, por um lado, a uma entidade suprateritorial - a nação alemã, concebida como entidade cultural e lingüística que une um povo de mesma origem - e, por outro lado, à cidadania e a um território considerado como *Heimat ou Vaterland* - o Estado brasileiro.

Sob o viés do *Deutschtum* a idéia de nação tem um conteúdo étnico irreduzível na perspectiva tecto-brasileira, sem ser expressamente conceituada. Supõe uma coincidência entre nação e *Volk* - a existência de um povo alemão racial e culturalmente definido. O pertencimento nacional é atribuído pelo direito de sangue que une todos os alemães numa grande *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional). De fato, trata-se da nação alemã concebida por Fichte e Arndt, que tem como elementos de unificação a língua e a raça comuns e, como corolário, uma *Kultur* (cultura, mas significando também civilização) original - nos termos do nacionalismo elaborado no contexto histórico das guerras napoleônicas e do romantismo. Mauss (1969), em seu ensaio -sobre a Nação, aponta essa coincidência entre nação, raça e língua na maioria dos nacionalismos europeus, que também expressam etnocentricamente uma crença na própria superioridade e originalidade. A ligação com a Alemanha, portanto, baseia-se na comunidade de sangue e língua, naturalizada através de um modo de vida alemão preservado nas colônias - numa reapropriação da ideologia nacionalista anterior à unificação alemã, que podia falar de uma nação sem Estado. De certa forma isso explica por que associações culturais, de tiro e ginástica, juntamente com a família, a preservação do idioma, a endogamia e até mesmo a nova sociedade (imaginada como produto da capacidade herdada de trabalho, portanto, associada à raça), são concebidos como fronteira étnica a preservar. O modelo étnico de nação tem seus mitos de descendência, segundo Smith (1986), e eles são necessários à mobilização interna. Nesse caso, o mito da união espiritual e cultural de todos os alemães, e seu passado original, serve de base à formulação do *Deutschtum* que também incorpora um outro mito, o da capacidade inata de trabalho que produziu uma sociedade civilizada em plena selva.

Isso remete ao outro conceito - pátria - implícito na categorização étnica e no próprio *Deutschtum*. Ao destacar o papel civilizador dos colonos, a ideologia étnica também ressaltou o progresso material das colônias e o significado disso para a nova pátria; um progresso posto como dever do cidadão que trabalha por seu país. Se por um lado a etnicidade supõe o pertencimento à nação alemã pelo direito de sangue, por outro a idéia de nova pátria no Brasil afirma a condição de brasileiros. A separação das duas esferas de atuação - a comunidade étnica e o Estado brasileiro - é apenas aparente pois, na verdade, elas se completam a partir do momento em que a pátria é evocada. Pátria que tem dois significados distintos, que se completam, um deles remetido à colônia enquanto comunidade étnica, o outro ao Estado enquanto entidade política e territorial. No primeiro caso, prevalece o conceito de *Heimat* (termo derivado da palavra *Heim*, lar), que remete ao processo histórico de colonização - pois a pátria é a colônia germanicamente construída. No segundo caso prevalece o conceito de *Vaterland*, remetido à cidadania e associado ao *ethos* do trabalho. Essa duplicidade da noção de pátria inclui os dois princípios que regem a identidade étnica: uma pequena pátria alemã no Brasil (as regiões de colonização alemã) construída pelo esforço coletivo dos pioneiros, e a pátria brasileira, que remete à cidadania referenciada pelo direito de solo. Significativamente, ao final do século XIX algumas publicações passaram a empregar um termo alternativo para essa espécie nova de germanidade - *Deutschtum brasileiro*, apontando para a distintividade tanto em relação aos cidadãos da Alemanha como em relação aos brasileiros; uma distintividade claramente associada à experiência da colonização. (14)

A concepção étnica contida nessa "germanidade tecto-brasileira" busca seus fundamentos na noção de distintividade cultural e social (também apontada por Willems, 1946, que realizou sua pesquisa sobre a colonização alemã na década de 1930); mas esse modelo de etnicidade também inclui pressupostos de superioridade racial (mesmo quando a palavra raça não aparece diretamente no discurso, mas vem travestida por representações acerca do "trabalho alemão"). O pioneirismo dos colonos, a eficiência do colonizador teuto, são contrapostos a uma imagem estereotipada do brasileiro rural, desqualificado como caboclo por todo um conjunto de características desabonadoras, remetidas a uma condição de inferioridade racial. Diversos autores mostraram esse aspecto do *Deutschtum*, como Willems, já citado, e Albersheim (1962) - os estereótipos marcando os limites étnicos de forma subjetiva e preconceituosa, num contexto em que a origem racial é o valor maior.

A doutrina da superioridade ariana surgiu nas colônias por volta de 1890, reforçando os aspectos racistas da ideologia étnica, através da propaganda sistemática realizada por membros da Liga Pangermânica. A ideologia

pangermanista afirmava a superioridade da raça germânica e defendia a tese do espaço vital (*Lebensraum*) e o expansionismo imperialista, inspirando-se em Chamberlain e Gobineau, no darwinismo social e em outras doutrinas afinadas com os dogmas do racismo moderno. Pretendia a união de todos os alemães do mundo (pretensão especificada no próprio nome da associação - *Alldeutsche Verband*). Na lógica pangermânica, os tecto-brasileiros eram *Auslanddeutsche* (alemães no estrangeiro) que deviam ser mobilizados em função dos interesses do Império Alemão. Embora a maioria das publicações tecto-brasileiras defendesse a preservação da germanidade etnocentricamente e fosse contrária à assimilação, a categoria *Auslanddeutsche* em nenhum momento parece ter sido aceita como étnica - prevalecendo a identidade *Deutschbrasilianer*.

Mas as investidas contra a assimilação assumiram forma radical em alguns jornais - como o *Urwaldsbote*, de Blumenau, claramente influenciado pelo pangermanismo - e, com raras exceções, os brasileiros foram considerados representantes de raças inferiores ou não civilizadas. (15) O discurso racista defendia a pureza racial germânica e falava dos riscos da miscigenação, associada com decadência. A vinculação política com a Alemanha, contudo, nunca foi cogitada, apesar da simpatia de parte da elite tecto-brasileira pelo pangermanismo.

A retórica expansionista da Liga Pangermânica, a presença étnica das colônias alemãs concentradas no sul, e as denúncias norte-americanas, francesas e inglesas sobre os interesses da Alemanha na América do Sul, serviam às especulações sobre intenções separatistas dos colonos. A principal evidência do "perigo alemão" (basicamente, o risco do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se transformarem numa colônia da Alemanha, ou mesmo num Estado independente com apoio alemão) para aqueles brasileiros preocupados com as secessão do sul, estava na dificuldade de assimilar, abrasilizar, caldear, uma população enquistada, com a mentalidade diversa e que se recusava a falar o idioma nacional. As discussões sobre o "perigo alemão" atravessaram as duas primeiras décadas do século XX, inclusive no Congresso Nacional, alimentadas por vários incidentes, sobretudo durante a primeira guerra mundial (quando a imprensa teuto-brasileira se posicionou a favor da Alemanha). Houve, inclusive, propostas para restringir a imigração alemã, como forma de evitar a formação de um Estado dentro do Estado; alguns brasileiros notáveis, como Sílvio Romero, por exemplo, denunciaram a colonização alemã como instrumento do imperialismo germânico e ameaça à integridade nacional, apontando a necessidade de assimilação forçada. (Cf. Romero, 1906)

É paradoxal que, no mesmo período da influência do pangermanismo, que também coincidiu com a formulação de uma etnicidade teuto-brasileira (onde não faltam referências à superioridade racial germânica), tenha surgido no Brasil uma doutrina baseada no postulado da desigualdade das raças humanas, mas acreditando na possibilidade da formação de uma nação brasileira homogênea, branca, através da miscigenação seletiva, e que via na imigração européia um instrumento para esse "embranquecimento". Sílvio Romero, um dos principais críticos da imigração alemã, foi um dos primeiros a imaginar esse processo, baseado na assimilação e no caldeamento étnico. Não pretendo falar sobre a tese do branqueamento da 'raça, pensada como processo histórico por uma parte da elite brasileira da Primeira República; e de como esse debate afetou a discussão sobre a política imigratória, (16) mas apontar um fato óbvio: a noção de Estado, nos dois casos, é radicalmente diferente, embora em ambos a nação apareça como entidade homogênea.

O pluralismo nacional é o argumento para reivindicar o direito à singularidade étnica - e o Estado brasileiro, por ter uma população heterogênea, não pode ser considerado um Estado-nação. Ora, o reconhecimento das diferenças estava bem longe do ideal assimilacionista que marcou boa parte das discussões brasileiras sobre a nação. Num posicionamento mais radical, alguns editoriais de jornais chegaram a afirmar que não existia uma nação brasileira e que todos os deveres dos cidadãos eram para com o Estado. Mais ainda, defendendo a endogamia, diziam que uma população composta por diferentes raças jamais poderia chegar a ser um povo; e sem povo não existe nação. Esse tipo de postulado assumiu muitas vezes um tom racista, para contrapor-se ao ideal assimilacionista do branqueamento, amplamente criticado como processo impossível porque a mistura de raças desiguais jamais resultaria num produto homogêneo. (17)

A concepção de nação, na lógica do *Deutschbrasilianertum*, é basicamente étnica e não política. Certamente a nação, nesse caso, é uma comunidade imaginada, mas não politicamente imaginada (conforme conceito de Anderson, 1991); muito mais próxima do conceito webérianos de comunidade étnica, com ênfase nas noções de *Stammverwandschaft* (parentesco racial) e *Gemeinsamkeitsgefühl* (sentimento comunitário) - que nutrem a "honra étnica" (cf. Weber, 1971). O sentido de identidade étnica teuto-brasileira, assim, relaciona-se a um sentimento de

comunidade e solidariedade baseado numa história comum, uma cultura comum - a partir das quais são constituídos os símbolos étnicos (em grande parte de natureza etnocêntrica).

A natureza política dessa identidade implica na lealdade ao Estado - concebido como entidade territorial soberana, uma comunidade de cidadãos, a pátria no sentido amplo do termo. Trata-se, enfim, de uma dualidade que separa etnicidade e política e, significativamente, coloca as duas coisas como complementares: os teuto-brasileiros são, em última instância, cidadãos étnicos.

O confronto entre essa concepção étnica de nação, que propõe o reconhecimento de um modelo de Estado pluriétnico, e o ideal brasileiro de formação do Estado nacional através de um processo de assimilação de todos os imigrantes e seus descendentes, chegou a seu ponto crítico na década de 1930, quando a velha retórica racial do nacionalismo pangermanista (que ficou em segundo plano nos anos 20) ressurgiu de forma mais cristalizada através da propaganda nazista, **(18)** que introduziu a noção de compatriota (*Volksgenosse*). O pertencimento sugerido por tal categoria de identificação era mais que étnico: significava, em primeiro lugar, lealdade ao partido Nacional Socialista, através da "regermanização" de uma população considerada insuficientemente "nacional". Da mesma forma que o pangermanismo, o nazismo influenciou parte da imprensa e das instituições comunitárias (inclusive a "escola alemã").

A retórica da "regermanização" é um indicador preciso da especificidade étnica teuto-brasileira: embora se considerassem legítimos representantes de uma nação alemã etnicamente concebida, os teuto-brasileiros foram vistos pelos nazistas como excessivamente brasileiros. A influência nazista não mudou muito a concepção de etnicidade, mas a ação concreta de um partido político estrangeiro, pautado pelo discurso racista da superioridade ariana, junto a uma população vista como problemática e excessivamente "alemã", resultou numa campanha de nacionalização forçada (preconizada desde o início da República, mas implementada, de fato, durante o Estado Novo). Mais uma vez a palavra de ordem era a assimilação; e, para acelerar seu curso, o governo federal determinou a extinção das instituições comunitárias, proibiu o uso da língua alemã e as publicações em alemão e enviou unidades do exército a várias cidades situadas nas regiões de colonização. **(19)** O processo de assimilação já estava em curso quando a campanha se iniciou, em 1937, pelo fechamento das escolas étnicas (de acordo com Willems, 1946); mas a consciência étnica que marca o cotidiano de grande parte da população de origem alemã persistiu. Segundo Smith (1986, p. 32), "o paradoxo da etnicidade é sua mutabilidade na persistência, e sua persistência através da mudança". Ao longo do tempo, a etnicidade teuto-brasileira foi reconstruindo seus símbolos, à medida que as "colônias alemãs" se tornavam mais brasileiras, permanecendo quase inalterada a idéia étnica da origem ou descendência comum (que supõe um modo de vida e um comportamento social diferenciados).

Identidade étnica e participação política

A formalização da distintividade e de uma identidade grupal, realizada por parte da elite teuto-brasileira através da imprensa e outras publicações periódicas, tem a ver com reivindicações relacionadas à plena cidadania, principalmente no âmbito da política. Isso ocorreu a partir das duas últimas décadas do século passado, quando também aumentou, progressivamente, o número de jornais em circulação nas áreas de colonização alemã. A "visibilidade étnica" em âmbito nacional decorreu, principalmente, dessa atuação da imprensa teuto-brasileira na defesa da germanidade - mais que das diferenças produzidas pela preservação de costumes, hábitos e estilo de vida germânicos. Roche (1969) mostrou que o germanismo e o nativismo brasileiro recrudesceram juntos no Rio Grande do Sul à medida que cresceu a importância numérica dos teuto-brasileiros; o mesmo ocorreu em Santa Catarina. Naquela época surgiram as primeiras lideranças políticas teuto-brasileiras de expressão regional e o confronto aconteceu porque os colonos nascidos no Brasil, ou naturalizados brasileiros, foram sistematicamente desqualificados como eleitores, sob o argumento de que eram "estrangeiros não assimilados". Daí as acusações de nativismo e xenofobia que, por sua vez, eram revidadas pela classe dominante brasileira pelo contraponto com o *Deutschtum* e pela crítica ao "enquistamento étnico". No entanto a própria elite política do sul afirmava que o destino único do colono estrangeiro era o cumprimento do seu contrato - vale dizer, o cultivo de um lote colonial com mão-de-obra familiar. Os colonos passaram a ser desqualificados como cidadãos de várias maneiras, predominando a idéia de "contrato" **(20)** entre o Estado e os imigrantes, um compromisso assinalado nos títulos provisórios e na legislação, relacionado à concessão do lote colonial. A inadimplência dos colonos em relação à dívida colonial e à mobilidade espacial são os dois principais argumentos do discurso da elite para designar os colonos como cidadãos de segunda classe. As condições reais dos assentamentos e as dificuldades para saldar as dívidas não pesaram muito nessa desqualificação, acusados que foram

de procurar colônias novas por falta de apego à terra ou para se beneficiarem de novos subsídios.(21) A dívida colonial tornou-se a principal alegação para apresentar os descendentes de imigrantes como estrangeiros que não honraram seus compromissos para com o Estado-portanto, sem direito a representatividade política. Tal raciocínio, que impôs a identidade de "colonos estrangeiros" para os naturalizados e nascidos no Brasil, fortaleceu-se com a questão étnica - a etnicidade tento-brasileira como barreira à assimilação, ao caldeamento, condições prévias ao estatuto de cidadãos de pleno direito.

Willems (1946) afirmou que, oficialmente, nunca houve minorias no Brasil, nem se cogitou em atribuir a condição de grupo minoritário aos tento-brasileiros. As restrições impostas à participação plena na sociedade civil, no entanto, deixaram a maioria dos descendentes de alemães na situação de minoria (22) até as primeiras décadas do século XX. O *jus soli* não assegurou o pleno usufruto da cidadania: ao final do Império o acesso a cargos públicos era limitado, o alistamento eleitoral dos alfabetizados não foi concedido para os que falavam o idioma alemão e a frustração da estereotipia sobre o colono ideal (agora transformado em criador de casos) serviu de âncora ideológica para manter "os estrangeiros no seu lugar".

Vários autores assinalaram a inexpressividade política dos tecto-brasileiros ao final do século XIX. No Império poucos chegaram à condição de conselheiros municipais, mesmo em localidades com predominância absoluta de teuto-brasileiros - conforme Willems (1946, p.371) assinalou para São Leopoldo, colônia emancipada em 1846. Roche (1969, p.706), por sua vez, menciona a manipulação política, no Rio Grande do Sul, para limitar as conseqüências da naturalização maciça outorgada pela Constituição de 1891 - um acordo estabelecido nos governos Castilho e Borges de Medeiros, através do qual a docilidade eleitoral dos tecto-brasileiros seria compensada pela garantia da sua liberdade cultural. Resumindo, respeitava-se a identidade étnica desde que os colonos não fizessem reivindicações políticas. Na realidade, a questão assimilacionista era apenas retórica, e as elites brasileiras preferiam ter colonos dóceis, em seu lugar - a colônia!

No século passado, o papel político dos teuto-brasileiros restringiu-se à política local (a ocupação dos cargos de Conselheiros Municipais nas colônias emancipadas). São raros os nomes de expressão regional antes de 1889; caso de Karl von Koseritz, que assumiu a liderança política dos tecto-brasileiros no Rio Grande do Sul elegendose para a Assembléia Provincial na década de 1880, a partir da sua atuação como jornalista. No entanto, tento-brasileiros como Koseritz ingressaram na vida política com um discurso que enfatizava a etnicidade, defendia uma intensificação da imigração alemã e afirmava que o colono não podia ser apenas um substituto do escravo, tendo direito à representação política como naturalizado ou nascido no país, sem abrir mão da sua germanidade. Essas idéias eram veiculadas por Koseritz através de jornais e almanaques, quer sob seu controle (caso do *Koseritz Deutsche Zeitung* e do *Koseritz Deutschen Volkskalender für Brasilien*) ou reproduzidos em outros órgãos da imprensa tecto-brasileira.

A mesma situação representada por Koseritz no Rio Grande do Sul se reproduziu em outras regiões com predominância de população de origem alemã - caso do vale do Itajaí e de Joinville, em Santa Catarina, por exemplo, onde havia uma imprensa atuante e lideranças políticas locais interessadas na mobilização do voto étnico. A participação política, portanto, foi sistematicamente reivindicada como parte da cidadania, independente da etnicidade, numa conjuntura histórica internacional e nacional desfavorável a qualquer tipo de pluralismo étnico, conforme mostrei na segunda parte deste trabalho.

A mobilização política se torna mais intensa na República, por várias razões. Merece destaque, em primeiro lugar, a emergência de uma classe dominante nas cidades que surgiram nas áreas de colonização, incluindo comerciantes e empresários industriais, além de profissionais liberais, cujos interesses econômicos e políticos extrapolam a comunidade local. Em segundo lugar, a maior facilidade de naturalização (e direitos correspondentes) que, no período imperial, tinha limitações implícitas no próprio rótulo de "estrangeiros naturalizados" existente na Constituição. Em terceiro lugar, houve a progressiva "quebra do insulamento", segundo Willems (1946, p.160), o contato mais sistemático com a população brasileira decorrente, em parte, do crescimento econômico. A diferenciação social e a formação de uma classe média urbana mais ligada nos direitos da cidadania também contribuíram para o aparecimento de uma consciência política. A necessidade de participação política, assim, tem a ver com as expectativas geradas pela ascensão social, num contexto em que os brasileiros são acusados de xenófobos e nativistas ante a perspectiva da eleição de deputados e senadores de origem germânica. As acusações de nativismo são freqüentes em quase todas as publicações em língua alemã (cf. Willems, 1946; Seyferth, 1982) durante a República

Velha; e não faltaram iniciativas para organizar o voto étnico. Essas investidas no campo político foram responsáveis pela reação de tipo nativista assinalada por Roche e Willems, e surgiram como ameaça à hegemonia das velhas oligarquias sulistas. Como exemplo, pode ser citado o município de Blumenau que, antes do seu desmembramento, em 1930, continha o maior contingente eleitoral do estado de Santa Catarina (composto, em grande parte, por eleitores de origem alemã).

Finalmente, a participação política se faz nome dos interesses locais e dentro do sistema partidário brasileiro, insistindo, pelo menos até o final da década de 1930, na dualidade tento-brasileira. As tentativas de organizar um partido étnico falharam no confronto com o "nativismo" (para usar o termo preferido dos intelectuais tento-brasileiros), denunciadas como atividades perigosas para a integridade da nação. No entanto; a integração política era considerada indispensável à sobrevivência da comunidade étnica; a etnicidade se tornou uma arma no jogo político e mesmo candidatos brasileiros, em campanha eleitoral, prometiam respeitar a cultura alemã e reconhecer as diferenças étnicas, quando em outros contextos o *Deutschtum* aparecia como prova incontestável da existência de um "perigo alemão". A ambigüidade do jogo entre etnicidade e política pode ser melhor compreendida a partir de um caso específico, analisado a seguir.

Um caso exemplar: Blumenau e a Volksverein

A colônia Blumenau passou à condição de município em janeiro de 1883, após a eleição da primeira Câmara Municipal. De acordo com Silva (s/d, p.141), nessa primeira eleição havia apenas catorze eleitores cadastrados na vila e 35 no distrito de Gaspar - um total de 49 indivíduos que elegeram sete vereadores, dos quais apenas três tinham origem alemã. O grande número de imigrantes que ainda não haviam obtido a naturalização e algumas restrições de natureza étnica limitando o cadastramento eleitoral para os que não sabiam se expressar em português explicam o número insignificante de eleitores, quase todos homens notáveis da comunidade. Significativamente, o Presidente da Câmara no primeiro período após a emancipação (1883-87) era José Joaquim Flores Filho, primogênito do maior latifundiário do baixo Itajaí (região que estava fora do projeto de colonização); sua família possuía considerável poder político.

Na eleição seguinte, ocorrida em 1886, Flores Filho conseguiu se reeleger, mas todos os outros vereadores eleitos são tento-brasileiros. Com essa composição da Câmara, não consegue ser novamente indicado para a Presidência, perdendo para Guilherme Schaeffer, um próspero comerciante e industrial estabelecido na vila de Blumenau. Flores Filho, um luso-brasileiro na terminologia local, (23) manobra para anular a eleição sob o argumento de que parte dos vereadores eleitos desconhecia a língua portuguesa. Delineia-se aqui o argumento mais freqüentemente utilizado por brasileiros para excluir a população de origem alemã do processo político: o fato de que grande parte dela se expressava no idioma alemão, desconhecendo o vernáculo. A manobra do primeiro presidente da Câmara e primeiro governante municipal foi controlada com recurso ao governo provincial; e os dois vereadores acusados de desconhecer a língua pátria foram empossados. Flores Filho foi posteriormente eleito deputado provincial e renunciou ao mandato para assumir o cargo de coletor de Rendas Provinciais. Mas o uso sistemático de desqualificação eleitoral com base no desconhecimento da língua portuguesa persistiu ao longo de toda a República Velha. (24)

Na verdade, mesmo após a emancipação das principais "colônias alemãs" do estado, durante o Império apenas um político tento-brasileiro conseguiu se eleger como deputado provincial - Fernando Hackradt Junior, filho de um ex-sócio de Hermann Blumenau. Políticos tento-brasileiros de expressão regional e nacional só vão aparecer no período republicano, até porque o partido Republicano tinha muitos simpatizantes nas regiões de colonização alemã, especialmente em Blumenau, Brusque e Joinville. A cena política em Santa Catarina até 1930 foi dominada, em parte, por políticos vinculados ao vale do Itajaí: Lauro Müller, Felipe Schmidt, os Konder e Hercílio Luz. As trajetórias dos quatro são extremamente interessantes, porque os três tecto-brasileiros entram na política no melhor estilo brasileiro, enquanto Hercílio Luz aparece, em Blumenau, como simpatizante dos valores étnicos e defensor da população de origem alemã - recebendo apoio do mais germanófilo dos jornais em língua alemã de Santa Catarina - o *Der Urwaldsbote* (ou *O Correio da Selva*), que até a primeira guerra mundial teve orientação pangermanista.

Lauro Müller era filho de Peter Müller, um imigrante cuja família se estabeleceu em 1829 na colônia de São Pedro de Alcântara (portanto fazia parte da primeira leva de alemães que entraram em Santa Catarina). Peter Müller

deixou a colônia para trabalhar como embarcadiço, em barcos de pequeno porte que faziam a linha Desterro - Itajaí; numa trajetória de ascensão social, tornou-se comandante de veleiros na linha Desterro - Rio de Janeiro, e casou-se com a filha de um imigrante alemão estabelecido como comerciante em Blumenau desde a época de fundação da colônia. Encaminhou o filho para a carreira militar com formação em engenharia, após receber educação elementar na escola alemã. A formação de Lauro Müller reflete, sem dúvida, sua identidade tento-brasileira: por um lado a carreira militar como aspiração do cidadão à ascensão social (pois estava associada a uma profissão de nível superior - engenharia); por outro lado, a educação elementar remete à condição de alemão - fez o curso primário em Blumenau, numa "escola alemã", residindo com um tio materno, porque em Itajaí não havia ensino em alemão. Afinal, o currículo escolar, o aprendizado da língua materna e a educação familiar eram considerados essenciais à preservação da germanidade.

A estréia na política catarinense não resultou de uma eleição: foi nomeado para o governo do estado em 1889, quando era tenente do exército, por indicação de dois "padrinhos" poderosos na ordem republicana recém-instalada – Esteves Júnior, senador por Santa Catarina, e Benjamin Constant (influência decisiva durante o curso de engenharia militar). Seria confirmado como governador nas eleições de 1890, quando Felipe Schmidt, também engenheiro e tenente, se elegeu para a Câmara Federal. Este, igualmente filho de imigrantes alemães, nasceu em Lages (portanto, fora das regiões de colonização), e tem trajetória idêntica: cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro, de onde saiu como tenente-engenheiro. Sua carreira política se iniciou com a nomeação para chefe de polícia do primeiro governo de Lauro Müller, em 1889. Nunca passaram por cargos políticos municipais. Os acontecimentos de 1889 e, depois, de 1893, transformaram os dois engenheiros militares, de orientação positivista e republicana, em caciques políticos estaduais, como membros do partido Republicano, do qual também fazia parte Hercílio Luz. (25)

Membro de tradicional família de políticos do Império radicada em Desterro, Hercílio Luz se elegeu pela primeira vez para o governo do estado em 1894, em grande parte por causa da notoriedade que obteve no transcórre da Revolução Federalista, como defensor da legalidade em Blumenau (de onde liderou marcha para Desterro). Em Blumenau exerceu um cargo extremamente importante no contexto da colonização: chefiou o escritório local da Inspeção de Terras e Colonização (o órgão encarregado dos assentamentos) , mantendo, assim, um contato permanente com os colonos. (26)

Nas três primeiras décadas da República, praticamente se revezaram no poder em Santa Catarina: Lauro Müller foi eleito para governador três vezes, para senador cinco vezes, ocupou os cargos de ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (de 1902 a 1906) e das Relações Exteriores, substituindo Rio Branco (1911-1917); Felipe Schmidt foi eleito governador duas vezes, senador quatro vezes e deputado federal; Hercílio Luz também foi eleito governador duas vezes, senador três vezes e deputado federal. Na década de 1920 os irmãos Konder emergem como "herdeiros" de Lauro Müller e Hercílio Luz no partido Republicano. Nesse caso a trajetória é outra, marcada pela oligarquia familiar. Adolfo, Vítor e Marcos Konder são filhos de um imigrante alemão - Marcos Konder (Sênior) - casado com a filha de José Henrique Flores e irmã do primeiro presidente da Câmara Municipal de Blumenau, já mencionado. Pelo casamento, Konder entrou para uma das famílias mais importantes de Itajaí, tornando-se genro de um político local extremamente influente - passo importante na ascensão social de um *Hauslehrer* (professor particular) que depois se tornaria próspero comerciante, com ramificações em Blumenau. Como no caso de Lauro Müller, também os Konder se assumem como tecto-brasileiros - são encaminhados para estudar em Blumenau, em "escolas alemãs". Na lógica da etnicidade tento-brasileira, a germanidade aparece vinculada às instituições Comunitárias, ao uso da língua alemã e à família. Sendo a mãe uma luso-brasileira, não estaria em condições de educar seus filhos nos princípios do *Deutschtum*. A ênfase nessa passagem pela escola alemã aparece em artigo laudatório de Marcos Konder sobre sua família, publicado no volume comemorativo do centenário da imigração alemã em Santa Catarina, editada por Entres em 1929. Nesse artigo, Konder (Sênior) é apresentado como indivíduo que construiu uma "nova pátria" para si e seus filhos no Brasil, um "pioneiro do trabalho alemão e da cultura alemã".

Vítor Konder se iniciou na política como conselheiro municipal (vereador) em Blumenau, em 1919. Formado em direito em 1909, foi deputado estadual e federal, secretário estadual da Fazenda (1922), senador e ministro da Viação no governo de Washington Luiz. Adolfo Konder, também formado em direito em São Paulo, foi várias vezes deputado estadual e federal e governador do estado (1926-1930); eleito senador em 1930, não tomou posse em decorrência da revolução. Após a revolução de 1930, perderam a liderança política no estado para a família Ramos, que apoiou Getúlio Vargas. A partir daí, de forma mais acirrada, o poder se alterna entre esses dois grupos: de um

lado, os Ramos (sob a liderança de Nereu Ramos) e de outro os Konder e, depois, também os Bornhausen (aparentados pelo casamento de uma das filhas de Marcos Konder (Sênior) com Irineu Bornhausen).

As breves referências a essas trajetórias têm o propósito de mostrar sua excepcionalidade: além de Müller, Schmidt e os Konder, nenhum outro tecto-brasileiro teve projeção nacional ou mesmo estadual durante a República Velha; no entanto, o vale do Itajaí e a região de Joinville concentravam uma parte considerável do eleitorado catarinense. Por outro lado, sua condição de tento-brasileiros deve ter sido importante na mobilização do voto, como se pode observar nos periódicos em língua alemã (*Urwaldsbote*, *Kolonie Zeitung* etc.) e mesmo nas biografias incluídas no volume comemorativo editado por Entres (1929), onde são chamados de notáveis homens alemães (*deuscher Männer*), que souberam conservar o valor da índole (ou do espírito) germânico. Portanto, para todos os efeitos, foram considerados exemplos do *Deutschtum*. Mas pelo menos dois desses "alemães notáveis" entraram na política em virtude da sua passagem pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Por isso mesmo eles sintetizam, de forma incontestável, a pretendida dualidade da categoria de identificação étnica, pois nada mais importante no campo da cidadania que a defesa da pátria e a participação política. Na concepção tecto-brasileira, *Deutschtum* também significa a capacidade de contribuir para o desenvolvimento e o progresso da "nova pátria".

O caso de Hercílio Luz, por sua vez, não é singular; como outros políticos denominados "lusobrasileiros", ocupou cargo público em município com predominância de estrangeiros, que serviu como trampolim para a liderança partidária local. Cargos como os de promotor, juiz, tabelião, delegado de polícia, diretor da Inspetoria de Terras etc., além das profissões liberais, raramente foram ocupados por tento-brasileiros no período histórico considerado. Não é gratuito que o próprio antecessor de Hercílio Luz, o engenheiro pernambucano Vitorino de Paula Ramos, deixasse o cargo por ter sido eleito deputado estadual por Blumenau.

A representação tento-brasileira na Câmara Estadual foi muito pequena até a década de 1920 e quase insignificante no Senado e na Câmara Federal, não fossem as presenças dos Konder, Müller e Schmidt. Essa inexpressividade política no plano estadual e federal foi contrabalançada pela predominância quase absoluta de cidadãos de origem alemã na política local. Até a revolução de 30 (quando se sucederam vários prefeitos provisórios), apenas um luso-brasileiro chegou a superintendente municipal e, com duas ou três exceções, a grande maioria dos vereadores tinha origem alemã (apesar da presença de colonos de outras origens européias no município). E vai ser no contexto local que a etnicidade também passa a ser elaborada em função de interesses políticos. O uso da etnicidade como estratégia de mobilização política (de acordo com o conceito de Glazer e Moynihan, 1975) assumiu uma forma mais radical em Blumenau, na primeira década do século, com a tentativa de organização de um partido étnico (*Volkspartei*) em âmbito regional.

Em 1898 o grupo de oposição ao partido Republicano em Blumenau, composto por federalistas, comprou da Comunidade Evangélica Luterana o jornal *Der Urwaldsbote*, cuja redação foi confiada a Eugen Fouquet, imigrante alemão com passagem pela Universidade de Berlim, onde estudara direito e filosofia. De acordo com artigo publicado na revista *Blumenau em Cadernos* (t.XXVIII/7), Fouquet era um socialista, militante do partido Social Democrata alemão, no Brasil desde 1893 trabalhando como caixeiro-viajante. O articulista anônimo afirma que Fouquet não abandonou a Alemanha por razões políticas, embora compartilhasse as idéias de Ferdinand Lassale. Socialista na Alemanha, em Blumenau passou a fazer parte do grupo federalista, dando ao jornal *Der Urwaldsbote* uma orientação conservadora com tintas pangermanistas.

Esse jornal, até então órgão apartidário, assumiu uma linha de crítica radical ao sistema eleitoral e à candidatura de José Bonifácio da Cunha à superintendência municipal, visando a eleição de Otto Stutzer em 1898. Os que escreveram sobre Fouquet nas páginas de *Blumenau em Cadernos* (27) afirmam com certa ênfase que essa oposição via no doutor Cunha e em seus correligionários apenas maus administradores, criticava um sistema eleitoral sujeito a fraudes e, afinal, "pouco importava a vitória de um luso-brasileiro sobre um imigrante alemão" (o que de fato aconteceu, pois Stutzer perdeu a eleição para Cunha). O fato de seus biógrafos levantarem a questão étnica nesses termos é significativo, pois o *Deutschtum*, com todos os seus significados, será a principal bandeira do jornal até 1939, quando foi proibido de circular em alemão. A "profunda reforma política" pretendida certamente passava pela identidade étnica de Cunha (apesar do seu grupo de apoio incluir tento-brasileiros, inclusive o então governador Felipe Schmidt); e, na crítica aos procedimentos eleitorais, dizia que "reinava uma oligarquia, o poder de um grupo interesseiro que, através de fraudes eleitorais e outras manipulações obscuras, mantinha-se no poder" (cf. *Blumenau em*

No contexto da derrota de Otto Stutzer, apesar da relação com um partido brasileiro (o Federalista), é fundada a *Volkverein* em 1899, uma sociedade de natureza étnica com fins políticos, através da qual se pretendia unir os colonos para uma participação mais eficaz nas eleições. Os objetivos assinalados na época da fundação eram: "congregar a população colonial e uni-la sob orientação sadia, em defesa de seus direitos civis políticos e econômicos, incentivando-a a tomar parte ativa na política, comparecendo às eleições a fim de levar seus legítimos representantes à Câmara Municipal e, através desta, tomar parte na administração pública e assim quebrar com o sistema reinante de tutela exercida por reduzido número de políticos" (*Blumenau em Cadernos*, t.XIX/9, p.247). Esses "objetivos" constam da documentação sobre a *Volkverein* e, de forma bastante enfática, deixam entrever que não se tratava de simples crítica a um tipo de administração, mas de levar ao comando político do município indivíduos de origem alemã - senão, quais seriam os "ilegítimos representantes" da população colonial?

A mobilização eleitoral dos colonos através da *Volkverein*, os associados alistando-se como eleitores em toda a área de Blumenau, o discurso étnico, principalmente através dos artigos de Fouquet no *Der Urwaldsbote*, tiveram como resultado concreto a vitória de Alvin Schrader para Superintendente na eleição de 1902, derrotando o candidato de Cunha. O próprio Fouquet, já naturalizado, foi eleito vereador.

O efeito mais imediato dessa mobilização bem-sucedida foi a ampliação da *Volkverein*, usando a influência do jornal nos demais municípios de colonização alemã do estado: associações semelhantes aparecem em São Bento do Sul, Joinville, Brusque, São Pedro de Alcântara etc. O caráter político das associações ficou mais evidente a partir da reunião dos seus representantes, em 1901, para fundar um partido político, o *Volkspartei*, com um programa que falava de revogação de impostos, de colonização mais justa com desapropriação das grandes propriedades, desenvolvimento econômico, controle dos desmatamentos etc.; não faltaram críticas às oligarquias, aos apadrinhamentos nos empregos públicos, às fraudes eleitorais. De qualquer modo, acima da retórica moralizadora, os artigos de Fouquet no jornal e a menção à documentação sobre a *Volkverein* na revista *Blumenau em Cadernos* indicam que houve uma conclamação aos imigrantes e seus descendentes para a participação política enquanto cidadãos brasileiros - portanto, assumindo uma vida pública para além dos limites do grupo étnico, no sentido de que a conservação da germanidade era independente dos direitos e obrigações da cidadania, mas estes eram fundamentais para assegurar sua perpetuação.

A Associação Popular atuou politicamente em Blumenau até 1914, com sucesso: Schrader foi reeleito duas vezes, permanecendo doze anos na superintendência. Nesse período também se elegeram vereadores e alguns deputados estaduais que receberam seu apoio. Não possuía uma estrutura partidária, daí a proposta de criação do *Volkspartei* em 1901. A iniciativa repercutiu para fora do vale do Itajaí e o *Volkspartei*, interpretado como partido étnico e identificado com o *Deutschtum*, não chegou a ser organizado. Ambos - *Volkverein* e *Volkspartei* - reforçaram as versões brasileiras sobre o "perigo alemão" porque mostraram a eficácia do discurso étnico na mobilização política, evidenciada no aumento expressivo do número de colonos que se alistaram e votaram nas eleições de 1902.

A tentativa de criação do *Volkspartei* e a situação da *Volkverein* repercutiram na imprensa de Santa Catarina, sendo amplamente condenadas. No plano político, a reação partiu da facção do partido Republicano liderada por Felipe Schmidt e, no âmbito local, por José Bonifácio da Cunha, através de um outro jornal editado em alemão, o *Blumenauer Zeitung*. A primeira impressão é a de duas facções políticas com opiniões contrárias a respeito da germanidade. Mas não há diferença no uso da ideologia étnica nos dois casos: ambos afirmavam a compatibilidade entre representação política e condição étnica. A diferença estava na forma de mobilização dos colonos. Em primeiro lugar, não interessava às lideranças do partido Republicano a ampliação do eleitorado no formato pretendido pela *Volkverein* - conceder o alistamento eleitoral a todos os alfabetizados em língua alemã. Em segundo lugar, os políticos chamados "luso-brasileiros" se dirigiram ao eleitorado em nome do respeito às diferenças étnicas (fato observado por Roche [1969] também no Rio Grande do Sul). Dessa forma, um jornal que fazia a defesa apaixonada do *Deutschtum* podia criticar a idéia de um partido étnico, situando a identidade étnica e a cidadania em planos distintos, sem incompatibilizá-las.

Resumindo a celeuma, na esfera política, aos partidários da *Volkverein* interessava transformar o maior número possível de colonos em eleitores; à facção contrária, não. Além disso, havia o temor de que a *Volkverein* pudesse servir de modelo para outras etnias imigradas. Afinal, além de propor modificações no sistema eleitoral, ela

reivindicava o uso da língua alemã no âmbito do Conselho Municipal e assumiu a tarefa de defender os interesses étnicos, políticos e econômicos dos tecto-brasileiros. Nos termos de um edital do *Der Urwaldsbote*, de 25 de maio de 1901, "o esforço natural dos imigrantes e seus descendentes para manter sua língua e seus costumes não cria nenhum perigo para a existência do Estado, e muito menos o desejo legítimo dos mesmos de assegurar seu direito constitucional de forma prática". O modelo de Estado etnicamente plural que instrui tais propostas resultou na crítica generalizada à atuação da *Volksverein*, inclusive em jornais do Rio de Janeiro (especialmente no Jornal do Commercio). A necessidade do "abrasileiramento" é, mais uma vez, o ponto nevrálgico da discussão, pois estava em jogo o direito de voto. Nesse sentido, mesmo jornais catarinenses como o *Novidades*, de Itajaí, investem, pela primeira vez, contra as escolas alemãs e o uso de uma língua estrangeira. O modelo suíço de Estado, preconizado pelo *Der Urwaldsbote*, contraria a idéia de um Estado-nação onde todos os cidadãos compartilham da mesma cultura e formam uma única sociedade. Assim, na lógica do assimilacionismo, quem tem de ceder é o elemento imigrado, o "estrangeiro".

A ênfase na assimilação e no caldeamento e as propostas de extinguir, em Santa Catarina, o ensino em alemão, mudou a fala mais política da *Volksverein* e do *Urwaldsbote*, voltada para reivindicações concretas no âmbito da cidadania. Assume, então, um formato racista, de retórica pangermânica, condenando a miscigenação e o abrasileiramento em nome da superioridade do trabalho e do caráter alemão.

Deixando de lado as ideologia que instruem os dois tipos de palavreado, o fato concreto por trás de toda essa celeuma sobre a *Volksverein* é a pequena, quase insignificante, expressão política dos colonos. São eles os cidadãos desqualificados nos cadastramentos, os "estrangeiros" porque "não entendem a língua do país" (conforme editorial do jornal *Novidades*, de 15.12.1907). Os direitos advindos da naturalização e do jus soli ficam em segundo plano ou são simplesmente anulados, face à importância dada à língua vernácula na definição da cidadania. Não é por acaso que o superintendente Schrader e a *Volksverein* são acusados pelos adversários de usar a máquina administrativa municipal para fazer o alistamento eleitoral de centenas de colonos alfabetizados em alemão. Esse novo eleitorado poderia mudar a composição da Câmara Estadual e a representação na Câmara Federal, abrindo espaço para representantes de origem teuta, apesar da força dos políticos brasileiros tradicionais, que ocuparam os principais cargos durante várias décadas após a emancipação da colônia.

A ampliação do número de eleitores e a mobilização pelo voto étnico explicam, em parte, o progressivo desaparecimento dos políticos luso-brasileiros no contexto local e a maior representatividade tecto-brasileira no âmbito estadual (28) e até federal, com a presença de Müller, Schmidt e dos Konder no Senado. Por outro lado, políticos brasileiros também manipulam o voto étnico: Hercílio Luz, por exemplo, recebeu apoio do *Der Urwaldsbote* por se apresentar como defensor dos interesses da população de origem alemã, inclusive da distintividade cultural e lingüística.

Nas décadas de 1920 e 1930, significativamente, são feitas algumas concessões ao idioma português. As publicações periódicas enfatizam a necessidade do aprendizado da língua portuguesa para uso na esfera mais ampla da vida social, e sua instrumental idade econômica e política. Essa mudança, derivada da maior intensidade do contato inter-étnico, mostra a capacidade que os grupos étnicos têm de se transformar, de renovar seus símbolos, sem abrir mão da distintividade.

Considerações finais

A constituição de uma identidade coletiva teuto-brasileira está relacionada a uma idéia cultural de nação concebida pelo romantismo alemão e ao passado histórico da colonização. A consciência étnica se manifestou num contexto específico, o da emancipação política das "colônias alemãs", que impulsionou as aspirações da cidadania. As diferentes concepções de Estado e nação colidiram com os ideais nacionalistas brasileiros, que negavam legitimidade a qualquer formação social de tipo étnico, exigindo a assimilação, o abrasileiramento. A constatação da distintividade étnica deixou a população teuto-brasileira na situação de minoria, evidenciada pelas dificuldades impostas à participação política.

Segundo Banton (1977, p.147), as minorias são definidas de dois modos - por si e pela maioria, remetendo a dois tipos de fronteiras - uma inclusiva (refletindo o reconhecimento de uma identidade comum, o pertencimento a

uma unidade), outra exclusiva (imposta pela maioria, que limita a plena participação em todas as áreas da vida social). No caso dos teuto-brasileiros, a fronteira inclusiva remete à germanidade, portanto, à crença na origem comum, étnica e cultural. A constituição das comunidades - portanto, a história comum da colonização em áreas pioneiras - favoreceu o estabelecimento da fronteira inclusiva. As dificuldades da naturalização, o próprio sistema de colonização e a falta de representatividade política na situação colonial constituíram a fronteira de exclusão.

A dualidade da categoria de identificação étnica, formalizada no final do período imperial, afirmou a distintividade na condição de brasileiros, mas também privilegiou a origem alemã, num conjunto de significados simbólicos etnocentricamente construídos.

A identidade étnica tem força mesmo naqueles casos exemplares de indivíduos assimilados e integrados à política nacional, como mostram as trajetórias de Lauro Müller, Felipe Schmidt e os Konder. A mais singular é a de Lauro Müller: antes de chegar ao posto de tenente-engenheiro (que o conduziu à política), tem sua identidade étnica reforçada pela passagem numa "escola alemã", separado da sua família nuclear. Deve ser lembrado que uma trajetória de ascensão social pela educação superior na área técnica naquele momento (segunda metade do século XIX) não tinha muita escolha: o melhor curso de engenharia funcionava na Escola Militar. Mas isso pouco importa ao argumento aqui desenvolvido. O elemento significativo na trajetória política de Müller é sua dupla evidência como símbolo da capacidade germânica, por um lado, e da assimilação possível de um alemão irreduzível, por outro. Mas o símbolo da assimilação é destruído em 1917, quando deixa o ministério das Relações Exteriores e o Brasil declara guerra à Alemanha. Conforme as palavras de um colono anônimo, "a guerra veio provar que mesmo um cidadão modelar como Lauro Müller é, para os brasileiros, *apenas um alemão*". Essa frase, de certa forma, mostra as dificuldades de relacionamento entre descendentes de alemães e brasileiros, que chegou ao ponto máximo de tensão no Estado Novo. Durante a campanha de nacionalização, mais uma vez é imposto um limite de exclusão através do termo "alienígena", que desqualifica os cidadãos não assimilados.

Segundo Smith (1968, p. 150/151), um modelo pluriétnico de Estado pressupõe um duplo pertencimento: por um lado, a lealdade à unidade política - o Estado -, expressa em termos dos direitos e obrigações da cidadania, por outro, o sentido de afiliação e solidariedade com a comunidade étnica, na qual os indivíduos nascem, têm sua família e são socializados. O confronto na esfera da política - como ocorreu em Blumenau nos catorze anos de existência da *Volkverein* - é reflexo da afirmação da etnicidade concomitante com as reivindicações relacionadas aos direitos do cidadão, que pressupõem o fim da fronteira de exclusão. Nesse caso, o pertencimento étnico primordial, que remete a uma nação alemã culturalmente definida, é considerado compatível com o exercício da cidadania.

NOTAS

*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

(1). O Texto de Abrantes foi republicado na *Revista de Imigração e Colonização*, ano II (2/3), 1941. Como outros autores brasileiros do século XIX, também fez uma listagem dos atributos do colono ideal, que imputa aos alemães: sobriedade, amor ao trabalho, respeito à autoridade etc.

(2). O poder temporal da Igreja católica e as restrições impostas às práticas religiosas dos protestantes (que não podiam construir templos) são freqüentemente citados como empecilhos à imigração alemã. Paradoxalmente, em algumas colônias oficiais, o próprio governo brasileiro providenciou a contratação de pastores luteranos.

(3). A referência, neste caso, é ao sistema de colonização imaginado como ideal para ser implantado em terras devolutas - portanto em áreas consideradas "vazios demográficos" ,(mesmo contendo população indígena). Nesse contexto, o regime de colonato adotado em São Paulo foi considerado inadequado e, eventualmente, condenado, devido à repercussão negativa que teve na Europa.

(4). As orientações aos diretores de colônias (através de alvarás e portarias) recomendavam cautela na concessão de lotes aos "nacionais", vistos como coadjuvantes do sistema: bons para derrubar árvores e enfrentar os desafios da floresta virgem, mas não para produzir uma agricultura racional na condição de pequenos proprietários. Não cabe aqui analisar a questão racial; deve ser observado, porém, que o discurso imigrantista considerava o fim da escravidão indispensável para o pleno desenvolvimento de uma nação civilizada e via a massa dos brasileiros como mestiça inferior, incapaz de livre arbítrio. Daí a ênfase na imigração européia, branca, e a condenação explícita da imigração asiática e africana.

(5). Na fase pioneira de colonização, os colonos reivindicavam ao Estado (quase sempre sem atendimento) escolas públicas, atendimento médico, assistência religiosa, abertura de vias de comunicação para facilitar o escoamento da produção agrícola excedente, expedição dos títulos provisórios ou permanentes de propriedade dos lotes, e outros serviços considerados como responsabilidade do poder público. Além disso, reclamavam da má qualidade das terras e das dificuldades de praticar uma agricultura racional em terrenos acidentados e cobertos por florestas.

(6). Os grupos indígenas foram considerados empecilhos à colonização, tanto pelo poder público como pelos colonos; nesse sentido, muitos preconizaram seu extermínio (o que, em grande parte, ocorreu). Nas áreas onde existiam os chamados "caboclos" (como no oeste de Santa Catarina e no Paraná) eles ficaram à margem do sistema, pois nem o Estado nem as companhias particulares de colonização reconheceram seu direito de posse e não tinham condições financeiras para adquirir lotes em projetos de colonização. (cf. Renk, 1991)

(7). Numa comparação estatística, o número de alemães é bem menor que o dos italianos e portugueses (que ultrapassaram a cifra de um milhão e meio de imigrantes), espanhóis e japoneses. A caracterização étnica assumida nas chamadas regiões de colonização alemã se fez muito mais pela origem presuntiva e pelo uso da língua que pela cidadania. Nesse caso, são identificados como pertencentes à etnia germânica imigrantes de origem tenta de países como a Rússia (alemães do Volga), Polônia, Hungria, Áustria, além de minorias do leste europeu, como os suábios do Danúbio.

(8) Apesar da identidade étnica básica, geral, privilegiar a origem alemã (e seus corolários culturais), a idéia de homogeneidade deve ser relativizada: dependendo das circunstâncias, pode ser acionado o regionalismo alemão (e, nesse caso, um "badense" é diferente de um "pomerano", por exemplo), ou a clivagem religiosa, quase intransponível até bem pouco tempo, entre católicos e evangélicos (luteranos). Mas em todo discurso étnico há um plano em que a identidade comum prevalece sobre todas as outras (inclusive as de classe) - o das relações interétnicas. Por outro lado, regiões de colonização etnicamente homogêneas já não existiam desde o final do Império e muitas "colônias alemãs" receberam imigrantes de outros países europeus (caso do vale do Itajaí, por exemplo), numa segunda fase de assentamentos. Havia, contudo, uma tendência a reunir imigrantes de mesma procedência em linhas coloniais específicas.

(9) Na maior parte dos projetos oficiais não houve uma demarcação prévia das linhas e lotes, retardando os assentamentos; também não houve cuidado na verificação da situação legal das terras consideradas devolutas: algumas áreas (sobretudo nas colônias mais antigas, como São Leopoldo) foram depois reivindicadas por famílias que tinham cartas de sesmaria, ou mesmo por posseiros. A demora na expedição dos títulos de propriedade, dos processos de naturalização, do pagamento dos serviços prestados e mesmo dos subsídios prometidos pelos agenciadores de imigrantes na Europa foram outros tantos problemas do cotidiano que, em algumas colônias, resultaram em conflitos abertos com as autoridades. (Cf. Roche, 1969, Seyferth, 1988a)

(10) Na segunda metade do século XIX a escola pública já era obrigatória em vários estados alemães; assim, foram comuns as petições de colonos exigindo do governo o ensino fundamental. Na ausência de escolas públicas, organizaram um sistema de escolas comunitárias, sem fins lucrativos, que, juntamente com as escolas particulares católicas e evangélicas, ensinavam em alemão. Tornaram-se escolas étnicas na medida que os currículos enfatizavam a cultura e a história alemã e eram elaborados por associações escolares que recebiam orientação da Alemanha.

(11) Esses tipos de associação eram inspirados nos destacamentos de caçadores e nas *Turnherrschaften* (associações de ginástica) idealizadas por F. L. Jahn, que tiveram papel importante na formulação do nacionalismo alemão durante a chamada "guerra de liberação" contra a ocupação francesa, em 1813/15. (Cf. Kohn, 1968)

(12) Na tradição antropológica, os grupos étnicos têm sido definidos como unidades culturais distintas; as revisões desse conceito, nas últimas décadas, acentuaram o papel central da identidade étnica na formulação das fronteiras grupais, simbólicas ou não. (Ver, entre outros, Barth, 1969, A.Cohen, 1974; Aronson, 1976; R.Cohen, 1978; Williams, 1989) A noção de identidade aponta para a classificação categórica dos indivíduos através de critérios de pertencimento que incluem elementos culturais e sociais objetivos ou, ainda, de natureza simbólica, assumidos como signos que remetem à origem presuntiva, a um passado comum, conforme já havia sido destacado por Max Weber (1971).

(13) Entre 1852 e 1939, mais de meia centena de jornais (quase todos semanários) editados em alemão circulavam no sul do Brasil, destinados à população tecto-brasileira. Alguns tiveram curta duração, outros foram publicados por mais de cinquenta anos, com pequena interrupção durante a primeira guerra mundial. Juntamente com os almanaques, editados uma vez por ano, assumiram a defesa da preservação da língua alemã e de uma identidade tecto-brasileira, sob a chancela do *Detaschtum*. Grande parte deles tinha circulação local ou regional; mas o *Knseritz Deutsche Zeititng* (de Porto Alegre), o *Der Kompass* (de Curitiba), o *Germania* e o *Dettsche Zeitung* (de São Paulo), o *Der Urwaldsbote* (de Blumenau), e o *Kalender fir die Decetschen in Brasilien* (de São Leopoldo) atingiam um público maior.

(14) Sob diferentes perspectivas, o *Deutschunn*, enquanto expressão de pertencimento étnico, foi analisado por Willems (1940,1946), Roche (1969) e Seyferth (1982). As principais fontes de informação sobre essa ideologia e seus pressupostos são os jornais e os *Kalender* (almanaques), e parte das historiárfias locais sobre a colonização. (Cf.Seyferth, 1988b)

(15) A influência panáermanista no sul e os conflitos relacionados à condição étnica dos descendentes de alemães, até 1918, são analisados em

Luebke (1987) e Seyferth (1989).

(16) Sobre a tese do branqueamento tia raça e sua relação com o debate sobre a imigração alemã e o "perigo alemão", ver Seyferth, 1989, 1991.

(17) O jornal *Der Urwaldsbote* (de Blumenau), por exemplo, assumiu uma posição crítica, às vezes irônica, sobre a doutrina do branqueamento (ver os números 29 e 30, de janeiro de 1902; e o número 57, de janeiro de 1908). Neles, a população brasileira é definida como *Vhkerchaos* (caos étnico), a assimilação é considerada um processo que favorece apenas as "raças inferiores", e a "pureza" dos alemães é defendida sob o argumento da "eficiência herdada". Considerando-se que o fim esperado pelos arautos do branqueamento era o desaparecimento dessas mesmas "raças inferiores" (basicamente negros, índios e a maior parte dos mestiços), temos, neste caso, o embate de duas formas de racismo, ambas apoiadas nas doutrinas de superioridade branca desenvolvidas na Europa.

(18) O Partido Nacional Socialista teve uma atuação muito mais intensa no Brasil que seus antecessores pangermanistas, e montou uma infraestrutura partidária em várias cidades brasileiras com expressiva população de origem alemã (caso de Porto Alegre, Curitiba, Blumenau, Joinville etc.).

(19) As medidas tiveram caráter geral, isto é, atingiram todos os descendentes de imigrantes e suas instituições étnicas. A campanha, contudo, concentrou-se nas "colônias alemãs", consideradas mais refratárias à assimilação, e longe dos ideais nacionalistas baseados no jus soli - impressos na frase "quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor" -, clara alusão à presença nazista, à velha questão do risco de secessão, à maior visibilidade étnica dos teuto-brasileiros e ao curso da segunda guerra mundial.

(20) Na verdade, não existia um contrato formal assinado entre imigrantes e a administração colonial. A idéia do contrato vem da própria legislação sobre imigração e colonização, que estipulava a, condições de compra da terra e os subsídios concedidos pelo Estado, prometidos pelos agentes do governo imperial que atuavam na Europa. Ao receber o lote, o colono assumia o compromisso de cultivá-lo e construir benfeitorias, que representavam a intenção de ocupação permanente.

(21) Cabe assinalar que a mobilidade tem mais relação com as condições precárias dos assentamentos e com a má qualidade das terras (entre outras causas), embora aos colonos fosse cobrado o "amor à terra" associado a um *ethos* camponês. Os subsídios foram incorporados ao montante da "dívida colonial" (termo que englobava também o financiamento de compra do lote) e, nas situações de conflito, sempre estavam na pauta de reivindicações. (Cf. Seyferth, 1988a)

(22) A utilização sistemática da expressão "colonos estrangeiros" (cf. Roche, 1969) remete ao não reconhecimento da condição de cidadãos e configura uma situação de minoria, conforme a definição clássica de Wirth (1945): "grupo de pessoas que, em virtude das suas características físicas ou culturais, são separadas de outros na sociedade em que vivem..." No caso, usado a tipologia de Wirth, os tento-brasileiros seriam uma "minorias pluralista" que pretende "tolerância para suas diferenças por parte do grupo dominante", sob o argumento de que culturas diversas podem conviver pacificamente.

(23) Num confronto de identidades, o termo *luso-brasileiro* aparece como indicador da ascendência portuguesa, separando, assim, um segmento aparentemente não miscigenado da população brasileira. Como categoria de identificação étnica, foi amplamente usado nas publicações tento-brasileiras.

(24) Essa polêmica foi reavivada, recentemente, quando um juiz eleitoral do Espírito Santo quis..cassar os títulos eleitorais dos pomerâneos porque estes, contrariando pressupostos assimilacionistas, ainda usam cotidianamente um dialeto alemão - sendo, assim, classificados como "estrangeiros".

(25) A participação de Lauro Müller, Felipe Schmidt e Hercílio Luz no enfrentamento dos federalistas, em nome da legalidade, durante a revolta de 1893 contra Floriano Peixoto, foi decisiva para suas respectivas carreiras políticas. Parte dos líderes federalistas morreu por fuzilamento ao final da luta, e os que mais tarde se reorganizaram politicamente foram controlados numa aliança organizada por Lauro Müller entre os partidos Republicano e Federalista. Emerge, então, como "pacificador" da cena política estadual. (cf. Cabral, 1970)

(26) A concessão de lotes e toda a burocracia relacionada à expedição dos títulos de propriedade cabia ao escritório local da Inspetoria. Antes do encaminhamento às autoridades mais altas do estado, as petições dos colonos passavam pelo crivo do administrador local, que emitia pareceres sobre concessão de lotes, dívida colonial, direito de posse, questões relacionadas aos marcos divisórios, além de estipular o preço da terra e opinar sobre a idoneidade dos requerentes (entre outras coisas).

(27) *Blu»ienau em Cadernos* é uma publicação mensal, iniciada na década de 1950 com o objetivo de divulgar a história regional, com espaço para assuntos culturais. Um dos méritos da revista é ter reproduzido documentos relativos à colonização do vale do Itajaí, existentes nos arquivos históricos locais, ao longo dos seus quase quarenta anos de existência. Os dados sobre Fouquet aparecem na seção informativa Figuras do *Passado*, às vezes assinada por Frederico Ki(lian, mas quase sempre sem indicação de autor. De qualquer modo, é importante assinalar que essa revista constitui fonte indispensável para o estudo da colonização europeia no sul do Brasil.

(28) Entre 1902 (quando terminou o mandato de José Bonifácio da Cunha) e 1930, todos os superintendentes municipais foram tecto-brasileiros. Nomes brasileiros só aparecem entre os prefeitos nomeados de 1930 a 1945. Com uma ou duas exceções, a composição da Câmara Municipal é majoritariamente teutobrasileira. Na Constituinte estadual de 1891, o representante eleito por Blumenau era José Bonifácio da Cunha; entre os constituintes estaduais de 1895 só havia um deputado de origem alemã; em 1910, três, e na legislatura de 1928-30, sete. (Cf. Piazza, 1984)

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Visconde de. (1941), "Memória sobre os meios de promover a colonização". *Revista de Imigração e Colonização*, ano II (2/3).
- ALBERSHEIM, Úrsula. (1962), *Uma comunidade teutobrasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro, CBPE/INEP.
- ANDERSON, Benedict. (1991), *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres, Verso.
- ARONSON, Dan R. (1976), "Ethnicity as a cultural system". In Frances Henry (org.), *Ethnicity in the Americas*. Paris, Mouton.
- AZEVEDO, Thales de. (1982), *Italianos e gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Segunda edição, Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL.
- BANTON, Michael. (1977), *The idea of race*. Londres, Tavistock.
- BARTH, Fredrik (1969), "Introduction". In Fredrik Barth (org.), *Ethnic Groups and Boundaries*. Bergen, Oslo, Universitetsforlaget; Londres, George Allen & Unwin.
- BLUMENAU EM CADERNOS, t. XIX (9) (1978); t. XXVIII (7), (1987).
- CABRAL, Oswaldo R. (1970), *História de Santa Catarina*. Segunda edição, Florianópolis, Laudes.
- CARNEIRO, José Fernando. (1950), *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil. Publicação Avulsa, 2.
- COHEN, Abner. (1974), "Introduction: the lesson of ethnicity". In: Abner Cohen (org.), *Urban ethnicity*. Londres, Tavistock.
- COHEN, Ronald. (1978), "Ethnicity: problem and focus in Anthropology". *Annual Review of Anthropology*, 7.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel (1964), *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro, CBPE/INEP.
- ENTRES, Gottfried (org.). (1929), *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Santa Catarina*. Florianópolis, Livraria Central.
- GLAZER, Nathan e MOYNIHAN, Daniel P. (orgs.). *Ethnicity: theory and experience*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- KOHN, Hans. (1968), *Nationalism: its meaning and history*. Nova York, Van Nostrand.
- LUEBKE, Frederick C. (1987), *Germans in Brazil. A comparative history of cultural conflict during World War I*. Baton Rouge, Louisiana State University Press.
- MAUSS, Marcel. (1969), "La Nation". In Marcel Mauss, *Oeuvres*, vol. 3. Paris, Minuit.
- PELLANDA, Ernesto A. (1925), *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Livraria do Globo.
- PIAZZA, Walter F. (1984) *Poder legislativo catarinense*. Florianópolis, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
- RENK, Arlene A. (1990), *A luta da erva: um ofício étnico da "nação brasileira" no Oeste Catarinense*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- ROCHE, Jean. (1969), *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 2 vols. Porto Alegre, Editora Globo.
- ROMERO, Silvio. (1906), *O allemanismo no sul do Brasil. Seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro.

SEYFERTH, Giralda. (1982), *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.

_____ G. (1988a), "Colonização e conflito", Rio de Janeiro, PPGAS *Comunicação*, 10.

_____ G. (1988b), "Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia." *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 25.

_____ G. (1989), "A Liga pangermânica e o `perigo alemão' no Brasil". *História: Questões & Debates*, ano 10 (18/ 19).

_____ G. (1991), "Os paradoxos da miscigenação." *Estudos afro-asiáticos*, 20.

SILVA, José Ferreira da. (s/d), *História de Blumenau*. Florianópolis, Edeme.

SMITH, Anthony D. (1986), *The ethnic origins of nations*. Oxford, Blackwell.

WAIBEL, Leo. (1958), *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.

WEBER, Max. (1971), *Économie et société*. Paris, Plon.

WILLEMS, Emilio. (1940), *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

_____ E. (1946), *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

WILLIAMS, B. F. (1989), "A class act: Anthropology and the race to nation across ethnic terrain". *Annual Review of Anthropology*, 18.

WIRTH, Louis. (1945), "The problem of minority groups". In: Ralph Linton (org.) *The science of man in the world crisis*. Nova York, Columbia University Press.